

Terça-feira, dia 15 Maio de 2012

Expediente: Secretaria de imprensa e Divulgação

## Aposentados protocolam ação individual para reaver titularidade

Desde o dia 28 de abril, o Sintego vem protocolando ações no Fórum de Goiânia em favor dos professores da rede estadual de ensino – aposentados, ou em vias de se aposentar –, que possuíam titularidade e a perderam, após aprovação da Lei 17.508/2011. Até agora, um número significativo de professores foram incluídos nas ações.

Segundo o secretário de Assuntos Jurídicos e Administrativos do Sintego, Pedro Soares Oliveira, a ação individual tem duas justificativas. Primeiro, porque a perda do aposentado é irreversível, uma vez que ele não tem e nunca terá nova oportunidade de melhorar seu rendimento por meio de outras gratificações ou de outra titularidade. E segundo, porque desde a titulação, a previdência foi paga sobre o percentual do título que possuía.

“Os aposentados vivem uma situação diferenciada dos professores que continuam na atividade e a ação individual visa proteger os direitos que foram tomados arbitrariamente”, informa Pedro Soares.

O Sintego continuará ajuizando as ações na medida em que for recebendo a documentação. Os interessados em também ingressar com essa ação individual devem procurar o departamento jurídico do sindicato com os documentos abaixo relacionados:

- Procuração Ad Judicia (procurar no Sintego);
- Ficha de Cadastro do Departamento Jurídico (procurar no Sintego);
- Declaração de Falta de Recursos (procurar no Sintego);
- Cópia do Diário Oficial que publicou o Decreto ou Portaria de aposentadoria;
- Cópia do Apostilamento para o (a) trabalhador (a) com mais de cinco anos de aposentadoria;



- Despacho que concedeu a gratificação de titularidade;
- Cópia do RG, CPF, e Comprovante de Endereço atualizado, incluindo o CEP;
- Holerites (contracheques) a partir de outubro de 2011 até o presente mês.

Essa ação individual dos aposentados não inviabiliza a Ação Civil Pública protocolada em 29 de fevereiro, que exige a suspensão dos efeitos das leis estaduais 17.508/11 e 17.557/12 e abrange todos os professores da rede que foram prejudicados.

“A perda da titularidade foi um golpe em todos os professores estaduais e nós, como entidade, estamos cumprindo nosso dever de usar todos os recursos e oportunidades para defender os direitos dos nossos associados. Vamos protocolar quantas ações forem necessárias e possíveis para reaver a nossa titularidade”, afirma a presidenta do Sintego, Iêda Leal.

### Ação Civil Pública

No dia 29 de fevereiro, o Sintego ajuizou uma Ação Civil Pública, com pedido de antecipação de tutela, no Tribunal de Justiça de Goiás para reaver a titularidade dos professores – ativos e aposentados - da rede estadual de ensino. A ação exige a suspensão dos efeitos das leis estaduais 17.508/11 e 17.557/12, dada a sua inconstitucionalidade e tem por fundamento decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que não permite a utilização de gratificações para se somar ao vencimento do trabalhador da educação, a fim de se atingir o valor do piso salarial. Assim, a extinção das gratificações de titularidade, da forma como foi feita pelo Governo do Estado de Goiás, é ilegal e inconstitucional, ante o princípio, consagrado na Carta Magna de 1988, que veda reduções remuneratórias do servidor.

A justiça ainda aguarda a notificação do governo do estado para decidir a Ação.

### Grupo de Estudo volta a se reunir nessa terça (15)

O Grupo de Estudo formado para discutir o Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério de Goiânia volta a se reunir na quinta-feira (17), às 14h, na sede do Sintego.

Sob a coordenação da secretária de Assuntos Educacionais do sindicato, Terezinha Barboza, e do secretário de Imprensa e Divulgação, Ugo Giannotti, as reuniões visam colaborar com as discussões e aprofundar o

debate sobre propostas de alteração na Lei Complementar 091/00 (Estatuto) e na Lei 7.997/00 (Plano de Carreira).

“A administração municipal está receptiva para discutir as mudanças tanto no Estatuto, quanto no Plano de Carreira e qualquer alteração vai atingir toda a categoria, por isso esperamos que todos participem e dê sua colaboração”, analisa Terezinha Barboza.

### Visita às escolas

Diariamente, diretores do Sintego têm visitado as escolas para conversar com a categoria e buscar informações sobre as condições de trabalho e o desenvolvimento da educação nas unidades de ensino.

## Direção do Sintego cobra agilidade do governo estadual

Com o objetivo de cobrar maior agilidade do governo estadual em consolidar as negociações feitas com o Sintego, a presidenta Iêda Leal e a tesoureira Bia de Lima, se reuniram, na manhã desta sexta-feira (11/5), com o secretário-chefe da Casa Civil, Vilmar Rocha, para saber o motivo da demora nos encaminhamentos para alteração legal de pontos negociados com os trabalhadores em Educação. Em resposta, Vilmar afirmou que as ações serão tomadas.

Dentre os pontos que precisam ser alterados por meio de lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás estão:

- Reajuste de 9% para professores PIII, PIV e aposentados;

- Titularidade de 40% para mestres e 50% para doutores;
- Elaboração de nova gratificação de estímulo à formação continuada (10%) com critérios a serem definidos com o governo;
- Equiparação da tabela salarial do Quadro Transitório do Magistério (QTM) com o Quadro Permanente do Magistério (QTM).

A presidenta do Sintego reforça que já foram divulgados os resultados das negociações em diversos meios de comunicação do Sindicato com a categoria. A ideia é que os trabalhadores em educação acompanhem o que está sendo cumprido e o que foi acordado com o governo “É nossa tarefa cobrar do governo o cumprimento das negociações dentro do

prazo estabelecido”, frisa Iêda Leal.

De acordo com Bia de Lima, a falta de movimentação do governo em consolidar os pontos negociados com o Sintego preocupa, pois alguns deles precisam passar por alteração legal, aprovação na Assembleia Legislativa e sanção do governador. “Queremos que o reajuste de 9% para professores PIII, PIV e aposentados entre na folha do mês de maio, por isso é preciso de mais agilidade do governo”, afirma.

O Sintego ainda aguarda resolução em outras questões, são elas:

- Definição dos critérios para gratificação de desempenho;
- Realização de concurso público para professores e administrativos em julho de 2012.

### Expediente

Sec. de Imprensa e Divulgação: Ugo Giannotti . Jornalista: Nara Serra . Diagramação: Luciana Quixabeira

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE ESTAS NOTÍCIAS PODEM SER ACESSADAS NO SITE DO SINDICATO

[www.sintego.org.br](http://www.sintego.org.br)

Sede: Rua 236, nº 230, St. Coimbra, Goiânia - GO. CEP 74535-030/Fone: (62) 3291.8383, Fax: (62) 3291.8820

Hospedagem: Rua 83-A nº 58, St. Sul, Goiânia - GO. CEP 74083-030, Fone/Fax: (62) 3223.9651

Sítio: [www.sintego.org.br](http://www.sintego.org.br) E-mail: [imprensa@sintego.org.br](mailto:imprensa@sintego.org.br)

filiação à

**CNE CUT** BRASIL